

## **O ENCONTRO DA LOUCURA COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PRODUÇÃO DE UMA PRÁXIS DE PRÉ-INCUBAGEM A PARTIR DA INTERCESSÃO-PESQUISA NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

### **Organização do Trabalho**

Márcia Campos Andrade – Profª do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá –  
maringa2008@yahoo.com.br

### **Resumo**

*Esse artigo tem como problema de pesquisa a centralidade do trabalho como um direito humano dos que lidam com a experiência da loucura. Entretanto, a relação entre trabalho e loucura é pesquisada no contexto da Economia Solidária e a partir da crise dos fundamentos da ciência, dentre elas, a Psicologia. Para isso realizou-se pesquisa bibliográfica e análise de documentos sobre os temas relacionados a esse campo e está em curso a intercessão-pesquisa, no âmbito do doutorado em Psicologia e Sociedade na UNESP/Assis, na Atenção Psicossocial a partir da metodologia do Dispositivo Intercessor. Nesse sentido, tenciona-se contribuir com a reflexão sobre a dimensão trabalho na perspectiva da economia solidária nas oficinas de geração de trabalho e renda e produzir conhecimento sobre a pré-incubagem de iniciativas e projetos de trabalho coletivo e autogestionário dos que lidam com a experiência da loucura.*

*Palavras-chave: trabalho, loucura, economia solidária, atenção psicossocial, intercessão-pesquisa*

### **1. Introdução**

Desde o ano de 2005, após a realização do evento “Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental” pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego em 2004, a Secretaria Nacional da Economia Solidária (MTE) e a Coordenação Nacional de Saúde Mental (MS) desenvolvem ações conjuntas articulando Saúde Mental e Economia Solidária.

De acordo com os organizadores, essa articulação tem como foco a inclusão social pelo trabalho de usuários dos serviços de saúde mental com transtornos mentais graves ou decorrentes do uso de álcool e outras drogas por meio da constituição de empreendimentos econômicos solidários, que podem ser grupos informais, associações e/ou cooperativas. A partir do evento houve a publicação “Saúde Mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005) e como ação prioritária houve a criação do GT Saúde Mental e Economia Solidária que dentre outras atividades promoveu o mapeamento das iniciativas de geração de trabalho e renda solidários constituídas pelos usuários dos serviços de saúde mental e a formação em Economia Solidária para usuários, trabalhadores dos serviços de Saúde Mental. Além do financiamento das iniciativas de

geração de trabalho e renda contemplada com os Editais do Ministério da Saúde a partir da Portaria 1.169/2005.

Nesse sentido, vemos que a relação entre a Saúde Mental e a Economia Solidária é um processo em construção no Brasil e se configura como um campo multirreferenciado de pesquisa. É um tema incipiente no cenário brasileiro e demanda a participação da Universidade como instância de construção de conhecimento que possa contribuir com a análise e reflexão crítica sobre temáticas pertinentes a este tema, bem como com a promoção e garantia do direito humano ao trabalho aos que *lidam com a experiência da loucura*.

Nesse trabalho utilizaremos essa expressão para nos referirmos aos denominados, pela política pública, de “*usuários dos serviços de saúde mental*”. Com isso temos a intenção de afirmar a condição de sujeitos destes, para além de usuários, em sua relação com a loucura que pode ser evidenciada em suas narrativas de história de vida quando participantes de um processo coletivo produzido nas oficinas de geração de trabalho e renda dentro do CAPs.

Para isso, tomamos o conceito de experiência em Walter Benjamin (1993) na publicação *Experiência e Pobreza* onde o autor, embora não ofereça uma definição específica para esse termo, oferece uma possibilidade de entendê-la como algo perdido nas técnicas do trabalho moderno, assim como as formas narrativas tradicionais de transmissão do fazer, do saber, da história. Essas perdas acontecendo pela impossibilidade do diálogo e da criação coletiva na sociedade industrial. Assim, nos tornamos pobres ao abandonarmos “*as peças do patrimônio humano*” pela “*moeda miúda*” do dinheiro, deixando de ter a experiência tradicional da coletividade – a *Erfahrung* – para ter a vivência do indivíduo solitário – a *Erlebnis*.

Quando, nas oficinas de geração de trabalho e renda, constrói-se um espaço de coletividade onde cada um pode contar/narrar sua história de vida de trabalho e nesse fio de conversa tecer uma história coletiva de relacionamento com a loucura com suas rupturas e impossibilidades, mas também de sonhos, idéias, projetos e pulsão desejante; se é possível pensar nesse espaço como um território onde os que dele participam lidam com a experiência da loucura.

Vemos, então, a construção desse território no interior dos dispositivos institucionais da atenção psicossocial como um agenciamento coletivo dos que lidam com a experiência da loucura com os trabalhadores do CAPs construindo práticas que promovam a desconstrução do isolamento, a superação da tutela e a participação na coletividade pela via do contrato social mediado pelo trabalho como direito humano na perspectiva da Economia Solidária.

## **2. Problema de pesquisa e objetivo**

O presente artigo tem como problema de pesquisa a centralidade no ser humano e em seu trabalho e a participação da universidade na produção de conhecimento que contribua com a compreensão, reflexão crítica e construção de práticas fundadas no trabalho enquanto direito dos que lidam com a experiência da loucura.

A perspectiva adotada para pesquisar o encontro da loucura com o trabalho na economia solidária e, assim, produzir conhecimento em Psicologia com dimensões teórico-metodológicas e práticas que possam contribuir com esse campo tem como abordagem a multirreferencialidade<sup>i</sup> na ciência na perspectiva da Análise Institucional.

Tem como objetivos:

1. Construir conhecimento no campo da relação entre loucura e trabalho na perspectiva da Economia Solidária.
2. Realizar revisão bibliográfica sobre a relação entre loucura e trabalho na história do ocidente a partir do século XVII.
3. Realizar análise de documentos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária, bem como da articulação Saúde Mental e Economia Solidária no tocante à temática inclusão social pelo trabalho.
4. Levantar informações sobre as iniciativas de geração de trabalho e renda constituídas por usuários dos serviços de saúde mental mapeadas pelo CIST – Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho da Política Saúde Mental e Economia Solidária<sup>ii</sup>.
5. Discutir a produção de conhecimento sobre a pré-incubagem de coletivos de trabalho autogestionário pelos que lidam com a experiência da loucura a partir da intercessão-pesquisa na Atenção Psicossocial.

## **3. Revisão Teórica**

A pesquisa em Psicologia implica em o ser pesquisador interrogar-se a si mesmo como humano e essa ação não está conformada aos limites metodológicos e epistemológicos impostos pela ciência clássica. Sendo assim, a “*Psicologia não pode se refugiar numa ciência ciosa de sua neutralidade axiológica, porque está intimamente vinculada à ética, à razão prática*” (DRAWIN, 2009, p. 52-57).

Muitos autores oferecem contribuições muito relevantes para o delineamento de uma epistemologia que contemple a pesquisa em Psicologia em sua dupla condição: de foco de interesse do ser humano sobre outro que é de sua mesma espécie e de produzir conhecimento sobre si mesmo ao mesmo tempo em que elabora algo sobre esse outro.

Dentre eles, conversaremos com Souza Santos através do conceito de “*Transição paradigmática*”; com Guattari, Rolnik e Morin sobre a temática da subjetividade no processo de pesquisa em Psicologia; e com as teorias do materialismo histórico, da psicanálise lacaniana, da análise institucional e da esquizoanálise que fundamentam a metodologia multirreferenciada de pesquisa em Psicologia com a qual trabalhamos – o “*Dispositivo Intercessor*” como intercessão-pesquisa e como modo de produção do conhecimento.

A transição paradigmática possui a dimensão societal onde acontece a concorrência (contradição-competição) entre o *paradigma capital-expansionista dominante* caracterizado pela sociedade patriarcal, pela produção capitalista, pelo consumismo individualista e mercadorizado, pelas identidades-fortaleza, pela democracia autoritária e pelo desenvolvimento global excludente; e o *paradigma eco-socialista emergente* caracterizado pela comunidade eco-feminista doméstica, pelas unidades eco-socialistas de produção (produção cooperativa, produção autogestionária, pequena agricultura familiar, etc.), pelo paradigma das necessidades humanas e do consumo solidarista, pelas identidades de fronteira, pela dimensão comunitária do espaço público e pelo paradigma do desenvolvimento democraticamente sustentável e da soberania reciprocamente permeável (SANTOS, 2010).

Na dimensão epistemológica, a crise do paradigma dominante que engendra as bases para a transição paradigmática na ciência no final do século XX é resultante do próprio avanço no conhecimento que a mesma propiciou (SANTOS, 2000, p. 68). Nessa perspectiva, o autor propõe a transição paradigmática do *conhecimento-regulação* para o *conhecimento-emancipação*, ou seja, do colonialismo para a solidariedade. O primeiro progride do caos para a ordem, onde a ordem é a forma hegemônica de saber e o caos a forma hegemônica da ignorância. No segundo a solidariedade é transformada na forma hegemônica de saber e o caos é aceito como forma de saber e não de ignorância, tendo em vista que existe ordem também nos sistemas caóticos.

Em relação à Psicologia como Ciência, no final do século XX, esta também vive sua crise epistemológica em função das crises nos fundamentos da ciência e a temática da subjetividade é colocada na cena como foco de investigação da psicologia como ciência.

Buscando ultrapassar a oposição clássica entre sujeito individual e sociedade, Guattari define subjetividade a partir de uma revisão dos modelos de Inconsciente que estavam em curso no início da década de 90 do século XX. Em uma perspectiva polifônica e heterogenética, propõe uma definição provisória e englobante de subjetividade como “*o conjunto das condições que tornam possível que instâncias individuais e/ou coletivas*

---

*estejam em condições de emergir como território existencial auto-referencial (...)*  
(GUATTARI, 1990, p. 7).

Para o mesmo autor, em alguns contextos sociais e semiológicos, a subjetividade individua-se, uma pessoa se posiciona no seio da multiplicidade de relações de alteridade regidas pela família, pelo estado, pelas leis; em outros condições, a subjetividade se faz coletiva sem se tornar exclusivamente social. Sendo assim, a *“subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”* (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.31).

Na ciência clássica, sabemos que a subjetividade é considerada como “contingência” e “fonte de erros”, algo a ser controlado e não considerado no processo de investigação e de análise científica. Contrapondo esse pensamento, Morin (1996) nos fala sobre como a invasão da cientificidade clássica nas ciências humanas e sociais no século XX expulsou o sujeito da psicologia e o substituiu por estímulos, respostas e comportamentos.

Morin nos propõe pensar, a partir do pensamento complexo, a produção científica como uma dialogia – um diálogo entre as diferentes lógicas do pensamento científico provocando um transbordamento de si mesmas na produção de metaconceitos hologramáticos – onde não somente a parte está no todo como o todo está na parte, entretanto, nunca completamente. A prática dialógica na academia é um empreendimento que pode ser realizado pelos representantes da ciência chamados de pesquisadores e de intelectuais, seres da racionalidade, da afetividade, do mito e do delírio em inter-relação, com amplas possibilidades de encontro, mas também de conflito e de confronto, ou seja, “Homo Sapiens↔Demens” (MORIN, 2000) em ação, introspecção e prospecção.

No encontro entre a Saúde Mental e a Economia Solidária como campo de nossa prática de pesquisa, podemos perceber e lidar com a questão da autoimplicação e da vinculação da experiência cotidiana no campo de pesquisa com a teoria (DRAWIN, 2009); com a dimensão da subjetividade na contemporaneidade (GUATTARI, 1990; GUATTARI; ROLNIK, 1986; MORIN, 1996); e com a complicação, as incertezas e contradições presentes na complexidade como dialogia entre ordem/desordem/organização (MORIN, 1996).

As reflexões apresentadas fundamentam a construção do Dispositivo Intercessor como metodologia da intercessão-pesquisa e do Dispositivo Intercessor como Modo de Produção do Conhecimento (COSTA-ROSA, 2008), onde buscamos construir uma dialogia entre as referências epistemológicas, teóricas e metodológicas do materialismo histórico – com a dimensão da práxis; da Psicanálise Lacaniana – com os conceitos de saber em

intensão e saber em extensão; da Análise Institucional – com a dimensão da análise de implicação; e da Esquizoanálise – com a dimensão do intercessor.

No “*Dispositivo Intercessor*” a produção do conhecimento acontece no processo de construção da práxis do intercessor-pesquisador junto ao campo da intercessão. A entrada na experiência social de alguém que é demandado a participar em seus processos de reflexão e transformação se configura como o campo da intercessão e possibilita a construção do “dispositivo intercessor”, que é “inerente aos contextos da intercessão, como conhecimento em ação e produzido pelos sujeitos da práxis mesmo nas situações em que esta seja práxis de transformação – produção da ação” (COSTA-ROSA, 2008), ou ainda, “saber em intensão” conforme a psicanálise de Jacques Lacan (JULIEN, 2002 citado por COSTA-ROSA, 2008) e “saber na ação” conforme a sociologia de Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2000 *apud* COSTA-ROSA, 2008).

Essa revisão teórica contribui para se pensar a atividade de pré-incubagem na constituição de coletivos de trabalho autogestionários através das oficinas de geração de trabalho e renda nos Centros de Atenção Psicossocial como uma práxis de produção de conhecimento a partir da intercessão-pesquisa.

Na literatura relacionada à Economia Solidária o termo pré-incubação é mais utilizado (embora nem sempre seja suficientemente descrito) e o termo pré-incubagem é dificilmente encontrado.

As duas Redes de Incubadoras, a ITCP e a UNITRABALHO, tratam sobre a atividade de pré-incubação, descrevendo-a de maneira diferente, mas sempre como um dos tempos ou etapas da Incubação de empreendimentos econômicos solidários que acontece em momentos diferenciados, embora interdependentes.

A Rede ITCP possui quatro tempos de incubação após a seleção e sensibilização dos grupos a serem incubados: a) construindo o projeto ou “sonho cooperativo” (*onde se é possível identificar atividades relacionadas à pré-incubagem, grifo nosso*); b) desenvolvimento do Projeto Cooperativo; c) expansão do Projeto Cooperativo; d) Graduação e Autonomia da Cooperativa<sup>iii</sup>.

Na Rede UNITRABALHO, a metodologia de incubação inclui: a) Implantação e avaliação do trabalho das incubadoras; b) Incubação nas suas etapas (pré-incubação, incubação e desincubação) e a avaliação participativa dos empreendimentos incubados (fatores de desenvolvimento, crise, sucesso, insucesso, redefinição de estratégias); c) Intercâmbio entre incubadoras para implantação de novas incubadoras; d) Intercâmbio entre EES no sentido da construção de Redes de Economia Solidária<sup>iv</sup>.

Adotamos o termo pré-incubagem por entendermos que este aponta para uma noção de processo em um campo onde são produzidas ações a partir da relação intersubjetiva entre os que dele participam. Assim, nosso foco é mais no processo do que na ação em si, sem desvalorizar a importância da concretude da ação no contexto da realidade.

Consideramos como pré-incubagem o processo de acompanhamento da constituição de um coletivo mediado pelo trabalho autogestionário enquanto uma tarefa, uma causa a ser, dos que dele participam. Nessa perspectiva, se é importante conhecer a história de vida dos participantes e, em especial, as narrativas sobre a relação destes com o trabalho; suas experiências de trabalho, potencialidades, interesses e projetos pessoais; discutir as concepções de trabalho existentes tendo como referências a história do trabalho e a economia solidária nessa história; acompanhar o processo de construção de um projeto coletivo a partir da eleição pelos participantes de uma atividade produtiva a ser realizada, a identificação de quem se interessa por desenvolvê-la, bem como a análise de sua viabilidade psicossocial e econômica a partir das possibilidades dos participantes, da própria realidade de suas vidas e da comunidade onde estão inseridos.

No processo em curso na intercessão-pesquisa vislumbramos a possibilidade de produzir uma práxis de pré-incubagem a ser descrita como uma oferta de possibilidade de acompanhamento de coletivos de trabalho autogestionário no campo da Saúde Mental. Uma ferramenta a mais de trabalho tanto para os que atuam nas equipes dos Centros de Atenção Psicossocial e Centros de Convivência, como para os que atuam nas equipes das Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários e acompanham empreendimentos com essa singularidade.

Entretanto, não temos a pretensão de produzir uma metodologia a ser apropriada ou mesmo uma tecnologia social a ser colocada à disposição dos que se interessam pelo tema. Como práxis a ser socializada pretende suscitar questões e reflexões a respeito dessa temática e provocar os que com ela lidam em seu cotidiano a produzir fazeres e saberes a partir de sua própria prática clínica e social nos CAPs e de incubação nas Incubadoras de forma interligada com o trabalho coletivo e autogestionário dos que lidam com a experiência da loucura.

#### **4. Metodologia**

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre os conceitos referentes à temática do projeto em publicações científicas e a análise de documentos da Reforma Psiquiátrica, da Economia Solidária e da articulação Saúde Mental e Economia Solidária,

tendo como referência a pesquisa qualitativa (Minayo, 2004; Bardin, 1979) com recursos da análise de conteúdo e levantamento de categorias de análise.

No trabalho de campo utilizou-se a metodologia do Dispositivo Intercessor (COSTA-ROSA, 2008) que toma a noção de campo como o território da realidade concreta e da intersubjetividade onde se dá a prática social dos sujeitos que compõem esse território que se caracteriza como o campo de intercessão, que vai para além da intervenção porque sua ação não se esgota no próprio campo. É a partir dele que a prática social do intercessor-pesquisador – sua práxis ligada à universidade – é construída, mas a posteriori de sua ação – como um modo de produção do conhecimento.

As ferramentas da pesquisa-intercessão e do modo de produção do conhecimento a partir da práxis do intercessor, advindas da análise institucional em Lourau (2004) e da esquizoanálise em Rolnik (2007), são o diário de campo como um guia para a ação no campo da intercessão e para a elaboração teórica a partir da análise de implicação do intercessor; a análise da implicação a respeito dos lugares que o intercessor ocupa no campo da intercessão e o seu envolvimento pessoal com o mesmo, bem como dos jogos de interesse e de poder presentes nesse campo dos quais o intercessor também participa; e a cartografia dos afetos como uma maneira de entender as estratégias de formação do desejo no campo da intercessão, inventando ações contextualizadas tanto neste como em sua sensibilidade ao se relacionar com os que dele participam.

Importante considerar que também foram realizados três cursos de extensão junto aos trabalhadores da Saúde (Atenção Básica e Atenção Psicossocial), da Assistência Social e da Educação como atividades de formação e de reflexão sobre a temática Saúde Mental e Economia Solidária.

Estes cursos tiveram o intuito de contribuir com a elaboração de políticas públicas intersetoriais que promovam a inclusão social pelo trabalho coletivo dos que lidam com a experiência da loucura, suscitar reflexões sobre as dificuldades e desafios e serem enfrentados na perspectiva da inclusão social destes e promover a identificação das potencialidades existentes nos territórios onde os participantes atuam para desenvolver ações de apoio e fomento às iniciativas de geração de trabalho e renda solidários desenvolvidas pelos que lidam com a experiência da loucura.

## **5. Análise dos Resultados**

Encontramos, nos documentos e material bibliográfico pesquisados, que a “*relação entre trabalho e loucura*” (como categoria de análise) esteve e continua presente, no mundo ocidental, tanto na assistência leiga onde o trabalho teve a função de auxiliar na manutenção da ordem social e econômica, como na Psiquiatria com o trabalho enquanto recurso terapêutico no tratamento moral e submetido à autoridade médica, quanto nas Reformas Psiquiátricas a partir da década de 70 do século XX onde o trabalho se torna instrumento de reabilitação ou reinserção social e de resgate da cidadania.

No Brasil, a partir da análise do documento “*Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001*”, no item *Reorientação do Modelo Assistencial em Saúde Mental* e no subitem *Desinstitucionalização*, é colocada a temática “*Trabalho e geração de renda*” (p.45) visando os processos de produção de autonomia e de direitos de cidadania através de ações como criar leis que propiciem a formação de cooperativas e associações de usuários com linhas de crédito e incentivo à realização de feiras; criar centros de capacitação em convênios com instituições do Sistema “S” e secretarias do trabalho; incentivar empresas a contratar usuários dos serviços de saúde mental através do sistema de quotas; considerar as ações de trabalho com geração de renda como parte integrante do cuidado em saúde mental através de oficinas de produção sistemática, visando à profissionalização do trabalho com remuneração para os usuários.

Neste documento podemos observar a dimensão do trabalho enquanto direito humano em seu aspecto institucionalizado no formato do emprego e do mercado e a perspectiva da organização do trabalho coletivo em associações e cooperativas de usuários.

Em 30 de setembro de 2010 em Brasília houve a realização da Marcha dos Usuários Pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial que garantiu a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – intersetorial (27 a 30 de junho/2011 em Brasília) com o tema central “*Saúde Mental direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios*” e no **Eixo 3: Direitos Humanos e Cidadania** como desafio ético e intersetorial (Eixo da Intersetorialidade) a discussão sobre “*Trabalho, Geração de Renda e Economia Solidária*”. No mesmo evento aconteceu a I Feira Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária com a exposição de produtos das iniciativas de geração de trabalho e renda de todo o Brasil.

No Relatório Final da IV conferência constata-se que continuaram em pauta as duas perspectivas em relação ao trabalho – a Inserção no Mercado Formal de Trabalho e o Estímulo ao Cooperativismo e Economia Solidária. Entretanto, ampliou-se a discussão sobre

a política de criação de projetos de trabalho e renda e, em especial, a ampliação da Política de Economia Solidária e Inclusão Social e do Programa Nacional de Cooperativismo Social. Incluindo proposições de ações mais específicas no tocante ao financiamento e incentivos para o trabalho, de estratégias para geração de renda e estímulo ao Cooperativismo e Economia Solidária.

Na pesquisa bibliográfica tentamos analisar e compreender as questões apresentadas pelos expositores, em sua maioria, trabalhadores dos serviços de Saúde Mental, na mesa do evento “*Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental*” intitulada “*Experiências de Geração de Renda e Trabalho*” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005). Consideramos estas questões como categorias de análise.

Encontramos questões a respeito do “*relacionamento com o mercado capitalista*” ao se discutir o mundo do trabalho, a conjuntura econômica e o mercado como livre circulação de mercadoria; ao problematizar a idealização de que o usuário conseguirá um posto de trabalho se participar de uma oficina, sendo o cooperativismo uma alternativa para o reingresso no mundo do trabalho; o entendimento de que a marca e a qualidade dos produtos é que precisa ser competitiva e não o usuário-trabalhador; a participação dos usuários em feiras da economia solidária, ampliando a inserção social.

Em relação à “*organização do trabalho autogestionário na perspectiva da economia solidária*”, encontramos que os usuários participam das decisões sobre a atividade produtiva a ser desenvolvida, sobre a forma de organização do trabalho, a distribuição das sobras, a forma de realizar a comercialização.

Sobre os problemas relacionados à questão de “*ser ou não aposentado e receber ou não algum benefício*”, vimos que esta é uma marca da incapacidade para o trabalho e voltar a trabalhar implica em perder o benefício, o que interfere no processo de (re) inserção social. Questões da gestão e de falta de infra-estrutura como carga tributária e o fato dos equipamentos não serem do empreendimento confirmam a vulnerabilidade das iniciativas e apontam para a necessidade de formação para o trabalho e para a gestão deste, bem como da necessidade da existência de uma rede de apoio e acompanhamento destes empreendimentos.

No “*relacionamento entre o capitalismo e o manicômio*”, encontramos que ambos são produtores de estranhamento diante da diferença e nascem sob o signo da exclusão, onde se instaura a incapacidade do louco para o trabalho e este assume uma função terapêutica no tratamento moral.

A discussão sobre “*qual concepção e organização de trabalho busca o projeto antimanicomial*” passa pelo questionamento se seria uma questão de sobrevivência material e de produção em massa imposta aos usuários como tratamento ou se seria construir junto com eles o direito de trabalhar e assim, para além da sobrevivência, se inscreverem subjetivamente no tecido social.

Importante salientar que, no campo da articulação Saúde Mental e Economia Solidária é de fundamental importância a interlocução entre as políticas públicas da saúde, assistência social, educação, trabalho, transporte e desenvolvimento econômico; as associações de usuários, familiares e trabalhadores; as incubadoras de cooperativas populares das Universidades; os instrumentos de finanças solidárias; os fóruns, as ações de formação e as feiras de economia solidária. Esta seria uma possível rede de apoio e acompanhamento necessária à constituição e desenvolvimento dos empreendimentos constituídos pelos que lidam com a experiência da loucura.

Nos documentos “*Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas*” (2005) e “*Relatório de Gestão 2003-2006*” (2007), encontramos citações do evento de 2004 como um marco da articulação Saúde Mental e Economia Solidária e a partir disso a criação de dispositivos institucionais como o Programa de Inclusão Social pelo Trabalho, assumido pelos Ministérios do Trabalho e Emprego e Saúde.

Encontramos, nos referenciais teóricos pesquisados, alguns “*conceitos norteadores*” para se pensar a temática Saúde Mental e Economia Solidária que, articulados entre si, podem vir a ser uma perspectiva multirreferenciada de pesquisa nesse campo. São eles: o *conceito de trabalho emancipado* (cooperativo, solidário e autogestionário) como aquele que poderia libertar o trabalho humano das amarras da mera sobrevivência material, o que seria possível através da reorganização da economia e do Estado em torno das necessidades humanas, das formas familiares e comunitárias e associativas de propriedade e de autogestão da produção, da promoção de um padrão ético e solidário de consumo (ARRUDA, 2003); o *conceito de subjetividade como matéria-prima viva e em constante mudança* com a qual se pode vivenciar, experimentar, conhecer e inventar formas de agir e de se relacionar tanto com o mundo de dentro como com o mundo de fora (GUATTARI; ROLNIK, 1986); os *conceitos de subjetividade de fronteira* onde se vive do desejo de comunidade em função da desterritorialização da sociedade global e combina-se a participação comunitária com a autoria, ultrapassando assim a distinção entre sujeito e objeto; *de subjetividade barroca* onde vive-se confortavelmente com a suspensão temporal da ordem e dos cânones, sua

espacialidade privilegiada é o local, sua temporalidade privilegiada, o imediato; e de *subjetividade do sul* que significa a forma de sofrimento humano causado pela modernidade capitalista e a capacidade e a vontade para um vasto exercício de solidariedade na construção da emancipação em relação à essa modernidade (SANTOS, 2000); e o *conceito de exclusão como descompromisso político com o sofrimento do outro* e a introdução da ética e da subjetividade na análise sociológica da desigualdade social para além das interpretações legalistas e minimalistas de inclusão como as baseadas em justiça social e restritas à crise do Estado e do sistema de empregabilidade. (SAWAIA, 2006).

Em relação ao cotidiano da atenção psicossocial, encontramos que vários serviços de saúde mental, centros de convivência e associações de usuários, familiares e trabalhadores da Saúde Mental têm construído coletivamente iniciativas relacionadas à geração de trabalho e renda solidários junto aos portadores de sofrimento psíquico.

Na tabela abaixo se tem o levantamento adaptado das iniciativas de geração de trabalho e renda solidários mapeadas através site do portal da Saúde Mental do Ministério da Saúde no âmbito do CIST – Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho da Política Saúde Mental e Economia Solidária<sup>v</sup>. Essa política se constitui como uma articulação do Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria Nacional de Economia Solidária, sendo que seu banco de dados<sup>vi</sup> apresenta informações sobre as 640 iniciativas no Brasil no final de 2010 no tocante ao Estado e aos municípios onde estas são desenvolvidas; o nome, endereço, contato, telefone e e-mail de cada iniciativa; seus produtos e serviços.

Na adaptação para esse trabalho o foco se manteve nos produtos e serviços oferecidos; no Estado, número de municípios e número de iniciativas.

Podemos observar que os produtos e serviços apresentam uma ampla diversidade havendo, porém, uma predominância do artesanato, da coleta seletiva e reciclagem, da confecção, de produtos alimentícios, da tecelagem e da marcenaria. Aparecem também atividades como serigrafia, trilhas ecológicas/turismo, lava-jato, jardinagem, produção de plantas medicinais, dentre outras. Foram encontradas iniciativas na grande maioria dos Estados brasileiros havendo maior predominância nos Estados da região sudeste. As atividades aparecem, em sua maioria, no formato de oficina e com frequência os locais de realização destas são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) e os Centros de Convivência que são dispositivos da política pública da Reforma Psiquiátrica.

**VII Encontro Internacional de Economia Solidária**

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Estado/ Número de Cidades/Núm ero de iniciativas</b>
Produtos alimentícios, hortaliças, grãos e plantas medicinais, confecção.	Acre/02 cidades/03 iniciativas
Produtos alimentícios; coleta seletiva e reciclagem de resíduos; artesanato, bijuteria; confecção; marcenaria - tecelagem – cerâmica; frutas; Produção do doce nego bom.	Alagoas/09 cidades/14 iniciativas
Reciclagem – tecelagem; peças em mosaico; confecção - cerâmica - produtos alimentícios	Amazonas/06 cidades/07 iniciativas
Reciclagem; confecção; cerâmica; crochê e tapeçaria, bonecas de lã, panos; produtos alimentícios; artesanato; tecelagem	Bahia/34 cidades/48 iniciativas
Artesanato; costura, pintura; bijuteria; confecção; reciclagem	Ceará/14 cidades/18 iniciativas
Artesanato; tecelagem; bijuteria; confecção; reciclagem; trilhas ecológicas, produtos alimentícios.	Distrito Federal (Brasília)/09 iniciativas
Camisetas, panos de prato e bandejas	Espírito Santo/04 cidades/05 iniciativas
Cursos de capacitação em beleza e culinária; customização de roupas e acessórios cartões e porta retratos; roupas de crochê, bijuterias, tapetes de tear, peças diversas de fuxico; horta comunitária, artesanato, produtos alimentícios, pintura.	Goiás/04 cidades/09 iniciativas
Confecção e artesanato reciclagem - marcenaria serviço de lava-jato	Maranhão/07 cidades/11 iniciativas
Colagem, bijuteria, pintura; bordado; confecção; texturização e modelagem; produtos artesanais; produtos alimentícios; camisas, silkscreen, cestas, porta-retratos e enfeites confecção de presépios e outros objetos de cerâmica; imãs de geladeira; reciclagem – tecelagem; apoio à formação de unidades produtivas e outras formas de grt; gestão da política de geração de renda e trabalho; marcenaria, mosaico, bolsas, sacolas, embalagens, telas e cerâmicas	Minas Gerais/43 cidades/59 iniciativas
Artesanato, alimentos	Mato Grosso do Sul/07 cidades/13 iniciativas
Tear, tapeçaria, artesanato, pintura, bordados, confecção, reciclagem - marcenaria - confecção – cerâmica, produtos alimentícios	Mato Grosso/09 cidades/14
Reciclagem, Marcenaria, Confecção, Produtos Alimentícios, Esporte, Cerâmica e artesanato	Pará/04 cidades/06

**VII Encontro Internacional de Economia Solidária**

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



	iniciativas
Roupas e acessórios usados, produção de hortaliças, flores, grãos, plantas medicinais, reciclagem - marcenaria - cerâmica tecelagem confecção - produtos alimentícios	Paraíba/ 14 cidades/25 iniciativas
Jardinagem, cultivo de mudas e plantas; bijuterias; biscuit kit que contém perfume, sabonete, xampu, pente; velas de gel e parafina; reciclagem - marcenaria – confecção; curso de informática; produtos alimentícios; tecelagem; produtos em vime, arte na madeira e trabalhos manuais; serigrafia	Pernambuco/14 cidades/ 22 iniciativas
Biojóias; reciclagem - marcenaria - confecção - produtos alimentícios; cerâmica; tecelagem	Piauí/06 cidades/09 iniciativas
Bordados, pinturas, bolsas, acessórios, banquetas, tampos de mesa, quadros, bandejas, esteiras, restauração de móveis, velas, enfeites de natal e artigos de decoração; artesanato; cursos e bazar; cultivo de verduras, temperos, legumes; produção de pães caseiros e biscoitos; produção de papel reciclado e cartonagem; confecção	Paraná/ 25 cidades/46 iniciativas
Horta e jardinagem, produtos artesanais, almoços e coquetéis, venda de livros e serviço de cantina; pinturas em tela, cerâmicas e madeira; artes plásticas, óleo sobre tela, aquarela; utensílios domésticos, roupas, sapatos, bolsas, cinto e armarinho; exposição e venda de roupas usadas doadas; confecção; reciclagem; produção e venda de alimentos; marcenaria; tecelagem; cartões de visitas, marcadores de livros, convites de casamento e outros, folders para propaganda, cartazes para eventos diários álbuns, cartões postais, jornal; potes de argila, estamparias; móveis e artigos de decoração; pipas e móveis; pufes de garrafas pet; rede para cultivo de mexilhões e lanterna berçário e adulto; brechó e customização de roupas usadas para cultivo de coqueiros sant jacques; venda de água de coco	Rio de Janeiro/ 23 cidades/114 iniciativas
Confecção; reciclagem, hortaliças e Produção de Telas, Serviços gerais e Decoração, Marcenaria, Agricultura: Flores, Criação de animais: Bovinos, Suínos, Caprinos, Prestação de serviços: Alimentação, Grãos, Frutas, Criação de Aves, Peixes	Rio Grande do Norte/12 cidades/ 14 iniciativas
Tecelagem; triagem e comercialização de resíduos sólidos recicláveis (vidros, metais e plásticos), artesanato; jornal; reciclagem com garrafa pet, reciclagem de jornal, horta e plantas medicinais, grupo de turismo	Rio Grande do Sul/26 cidades/ 38 iniciativas
Reciclagem e Confecção	Rondônia (Porto Velho) – 01 iniciativa
Tecelagem; reciclagem; artesanato; brechó e customização de roupas usadas; confecção	Santa Catarina/18 cidades/34 iniciativas
Artesanato, reciclagem, confecção, musica, dança, confecção de instrumentos musicais, Criação de animais: Aves, Hortaliças, Flores e Plantas Medicinais	Sergipe/ 04 cidades/09 iniciativas
Comercialização de produtos artesanais; fabricação e comercialização de batatas; artesanato; produtos alimentícios; confecção; cestas, lixeiras, pastas, porta canetas, porta cortinas, almofadas, aventais, panos de prato; pinturas; separação de resíduos sólidos para venda e restauro de peças para comercialização; hortaliças; piscicultura; bijuterias (colares e pulseiras) de miçangas e outros materiais; embalagens; cultivo e	São Paulo/24 cidades/99 iniciativas

comercialização de produtos orgânicos; confecção de mesas, caixas diversas e pequenos objetos de madeira; marcenaria; vitrais planos para portas e janelas	
Reciclagem - marcenaria - confecção - tecelagem – cerâmica; confecção de camisetas, desenhos artísticos, produtos alimentícios, hortaliças, eventos	Tocantins/ 04 cidades/13 iniciativas
Fonte: Adaptado do Banco de Dados do CIST – Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho da Política Saúde Mental e Economia Solidária (2010) – Total de 640 iniciativas de geração de trabalho e renda	

Tabela 1 – Produtos e serviços, Estado, municípios e número de iniciativas

Outras questões importantes podem ser consideradas a partir das informações contidas na tabela acima.

Existe uma concentração de iniciativas em um número restrito de cidades na maioria dos Estados, o que nos faz pensar que, possivelmente, estas estejam inseridas no entorno das capitais destes e de cidades com maior porte.

Embora existam serviços de Saúde Mental em muitas cidades de pequeno porte no interior dos Estados, sabemos que a interiorização das ações de uma política pública depende de uma rede complexa de acesso e busca de informação e de recursos, além da vontade política do gestor local e da equipe de Saúde Mental dos serviços em implementá-la.

Essa é uma questão presente na pesquisa apresentada nesse trabalho pelo fato desta ser realizada em uma cidade de pequeno porte que, até então, não tinha informações sobre a articulação Saúde Mental e Economia Solidária em curso no Brasil desde 2004.

Em relação às atividades produtivas podemos ainda considerar que estas não implicam em atividades de produção industrial, por isso, não demandam compra de equipamentos e/ou maquinários e de processos de capacitação para a relação homem-máquina. Sem entrar em muitos detalhes, é sabido pela literatura científica que a organização do trabalho taylorista-fordista produz impactos incapacitantes sobre a Saúde Mental do trabalhador.

O que nos faz pensar que em processos de trabalho coletivo e autogestionário seja preciso romper com essa lógica, principalmente na organização do trabalho e nas ações de capacitação advindas da escolha de uma atividade produtiva a partir da elaboração de um projeto coletivo fundamentado nas potencialidades dos que se interessam em participar de projetos de Saúde Mental e Economia Solidária.

## 6. Conclusão

São muitas as dimensões a serem consideradas nesse entrelaçamento da vida com o trabalho, ainda mais em uma perspectiva oposta à subjetividade de trabalhador assalariado

encarnada em nossas relações na sociedade capitalista. Sendo processual, vamos caminhando e fazendo o caminho.

No contexto da articulação Saúde Mental e Economia Solidária, pudemos observar que existe uma centralidade do trabalho. Nesse sentido, encontramos as dimensões do trabalho enquanto recurso terapêutico, enquanto direito humano, enquanto produtor de subjetividade e enquanto possibilidade concreta de cidadania e emancipação como instrumento de inclusão social dos usuários dos serviços.

Relacionando a história da construção da Economia Solidária com a história da Reforma Psiquiátrica, podemos observar que ambas são constituídas como políticas públicas a partir da ação e mobilização política de movimentos sociais que propõem um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo e trazem em seu bojo a questão da exclusão-inclusão social em uma perspectiva emancipatória. Assim, em ambas, o trabalho tem um significado diferente daquele para o qual a maioria de nós se prepara socialmente para exercer, que é o trabalho no formato de emprego.

Sabemos que tanto as experiências de geração de trabalho e renda pelos usuários dos serviços de saúde mental como o trabalho autogestionário nos empreendimentos de economia solidária são construídos no contexto de uma história de lutas políticas contra a exclusão social no contexto da sociedade capitalista. Sabemos também que existe um conjunto legitimado de práticas emancipatórias em seus espaços de referência e a institucionalização destas práticas através de políticas públicas consolidadas e em vias de implantação.

Sobre os resultados da pesquisa, é importante considerar que a intercessão-pesquisa ainda está em curso e o processo de elaboração a respeito do campo da intercessão não está consolidado dentro dos limites que nos são possíveis. Entretanto, algumas considerações podem ser feitas sem que se configurem como resultados finais ou conclusões.

O processo de mudança paradigmática e de produção de um modo de subjetivação provocados pelo trabalho no contexto de uma prática de constituição de um empreendimento econômico solidário pelos que lidam com a experiência da loucura é tarefa instigante e desafiadora, mas que também traz em seu bojo idiossincrasias que podem impactar sobre a saúde e a vida dessas pessoas. Sabemos que as condições de trabalho desse grupo no início de suas atividades não são as melhores. Entretanto, nos é possível realizar a vigilância em relação aos impactos dessa experiência em seus participantes problematizando com todos, em cada oficina, sobre suas expectativas, preocupações e estratégias ao lidar com estas no

contexto da realidade de suas condições de existência e do território onde pretendem atuar como trabalhadores.

Ainda temos um longo caminho a percorrer no relacionamento com esse grupo em sua trajetória rumo à constituição de um coletivo de trabalho autogestionário, mas o mais importante nisso é experimentar o encontro com outros que são sujeitos do seu próprio existir, de seu saber e de seu fazer que se abrem para o risco de estar junto com alguém que lhes propõe uma situação inédita onde se é possível, mas não garantido, construir outros saberes e fazeres a respeito de si mesmos em sua condição de vida como trabalhadores.

## **7. Referências Bibliográficas**

ARDOÍNO, J. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e normativas. In: Barbosa, J. G. (Coord.) **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. Revisão da tradução: Sidney Barbosa. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 50-72.

ARRUDA, M. Trabalho emancipado. In: CATTANI, A. D. (Org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 260-268.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DAPE. COORDENAÇÃO GERAL DE SAÚDE MENTAL. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005. 56p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE. **Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção**. Relatório de Gestão 2003-2006. Ministério da Saúde: Brasília, janeiro de 2007. 85p.

BRASIL. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS E ESTRATÉGICAS. **Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 134p.

COSTA-ROSA, A. Intercessões e análises sobre o processo de produção saúde-adoecimento atenção no campo psíquico, num território municipal. Produção de novas tecnologias para o implemento da Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde. UNESP/Assis. Mimeo, 2008. 22f.

DRAWIN, C. R. Subjetividade e constituição ética da Psicologia. In: Neto, F. K; Oliveira, R. T. e Silva, R. de O. (Orgs.) **Subjetividade(s) e sociedade: contribuições da Psicologia**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2009. p. 45-60.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas/SP: Papyrus, 1990.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. História e subjetividade. In: **Micropolíticas: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1985, cap. II, p. 25-73.

LOURAU, R. Uma apresentação da Análise Institucional. In: ALTOÉ, S. (org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 5-12.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996. Coleção Biblioteca universitária; 38.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética Exclusão/Inclusão. In: -  
\_\_\_\_\_ **As Artimanhas da Exclusão** – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed. Petrópolis,  
RJ: Vozes, 2006. p. 97-118.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Organizadora da III CNSM.  
**Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001.  
Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2002. 213 p.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Organizadora da IV  
Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. **Relatório Final** da IV Conferência Nacional de Saúde  
Mental – Intersetorial, 27 de junho a 1 de julho de 2010. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da  
Saúde, 2010. 210 p.

### Notas:

---

<sup>i</sup> Multirreferencialidade é “uma resposta à constatação da complexidade nas práticas sociais e, num segundo momento, um esforço para dar conta, de um modo um pouco mais rigoroso, desta mesma complexidade, diversidade e pluralidade” (ARDOÍNO, 1998, p. 225).

<sup>ii</sup> Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=33931&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33931&janela=1).

<sup>iii</sup> Ver site [http://www.itcp.coppe.ufrj.br/metod\\_tempos.php](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/metod_tempos.php). Acesso: 02/11/2011.

<sup>iv</sup> Ver artigo “Sobre concepção de Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação” no site <http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?rubrique14>. Acesso: 02/11/2011.

<sup>v</sup> Formulário disponível em [http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id\\_aplicacao=865](http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=865).

<sup>vi</sup> Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=33931&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33931&janela=1). Acesso: 12/08/2011.